

Ambiente de Negócios em Moçambique: Evidência de Pesquisa Empresarial

**Autores: Professor Doutor Paulo Mole - mpaulo@tvcabo.co.mz
dr. José Malia - jmalia@kpmg.com**

Sumário¹

Sobre o Ambiente de Negócios (ANs) em Moçambique existem percepções de vários segmentos quer internos como externos ao país. Estas percepções são alimentadas maioritariamente de fontes até agora conhecidas – o *Doing Business (DB)*, e o *Índice de Ambiente de Negócios (IAN)*. Dada a sua metodologia e objecto de recolha de informação, os autores deste artigo consideram ambas complementares cuja leitura e interpretação merece caução. Dados os constrangimentos que têm sido enfrentados e apresentados pelos empresários e o que as duas publicações têm divulgado resta sempre na mente dos analistas a sensação de que o Ambiente de Negócios no país não está a melhorar. Os autores argumentam que para actual experiência de reforma em Moçambique com impacto na melhoria do ANs não basta olhar para as oscilações que ocorrem de ano para ano no IAN, ou mesmo na posição que o país ocupa relativamente a outros países (DB). Enquanto as oscilações anuais e a posição do país muda, é importante notar que a reforma é um processo de longo prazo. O desenho de instrumentos legais, a criação de novas instituições é um processo relativamente curto que deve ser acelerado sim, mas a implementação destes instrumentos legais e a efectividade e eficácia das novas instituições somente terá impacto ao longo prazo. Por isso, o progresso na reforma para a melhoria do ambiente de negócios deve ser visto na tendência do progresso feito. Nesse sentido, a evidência da última década mostra que o progresso tem sido lento, e neste momento o impacto não é perceptível à altura das expectativas para o crescimento da actividade empresarial.

¹ Comunicação apresentada na Conferência Anual da Confederação das Associações Económicas (CTA) de Moçambique, 8 de Março de 2013

Tabela de Conteúdos

Sumário	1
Tabelas	2
Figuras.....	2
Introdução	3
A Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios (EMAN) e a Agenda do Mecanismo Consultivo Alargado (CAC) – <i>A harmonização requerida</i>	4
Perspectiva Global sobre o Ambiente de Negócios em Moçambique: <i>tendência e factores críticos</i>	7
A Perspectiva Local sobre o Ambiente de Negócios em Moçambique: <i>Maputo, Inhambane, Tete e Cabo Delgado</i>	10
Perspectivas de Melhoria do Ambiente de Negócios	10
Perspectivas de Expansão de Negócios	11
Considerações Finais	13
Bibliografia	14

Tabelas

Tabela 1: <i>Matriz de Prioridades de Reforma seleccionadas para o Ano 2012, CTA</i>	5
--	---

Figuras

Figura 1: <i>Tendência do IAN em Moçambique, 1998-2012</i>	7
Figura 2: <i>Tendência dos Factores Agregados com impacto no ANs, 2005-12</i>	8
Figura 3: <i>Tendência dos Factores Específicos com impacto positivo no ANs, 2009-12</i> ..	8
Figura 4: <i>Tendência dos Factores Específicos com impacto negativo no ANs, 2009-12</i> ..	9
Figura 5: <i>Algumas Tendências na percepção sobre a melhoria do ANs, 2009-2012</i>	10
Figura 6: <i>Tendências na percepção sobre a Expansão de Negócios, 2009-2012</i>	11

Introdução

O Ambiente de Negócios é um conjunto de factores de ordem política, económica, social e tecnológica, na sua maioria fora do controle e influência do negócio, e que potencialmente podem ter um impacto tanto positivo ou negativo sobre ele.

Estes factores que são externos ao negócio tornam difícil ou cara a sua realização ou aumentam os custos de o fazer. Estes incluem a legislação, infra-estruturas tais como a energia e água, acesso ao financiamento, disponibilidade de mão-de-obra qualificada, direitos de propriedade, corrupção e outros. A melhoria de alguns destes constrangimentos é do âmbito do governo, e governos no mundo envidam esforços para reformar em concertação com o sector privado. Supõe-se que é neste contexto que a CTA estabeleceu um processo de identificação de constrangimentos, procura/pesquisa de soluções e preparação de recomendações para influenciar o governo a reformar políticas públicas com vista ao crescimento económico e redução da pobreza.

Este documento apresenta constrangimentos de áreas seleccionadas da matriz de prioridades estabelecida para o diálogo entre o sector privado e o governo. O propósito desta selectividade resulta da necessidade de contextualizar as percepções dos actores económicos objecto de Análise da Pesquisa sobre o Ambiente de Negócios (IAN) que tem sido conduzida pela KPMG². As perspectivas referem-se a forma como, nos últimos 4-5 anos, evoluíram as expectativas empresariais sobre a melhoria do ambiente de negócios e a expansão da actividade económica. Dado que a pesquisa IAN é de âmbito nacional, para a relevância do CASP a informação a nível provincial limita-se a, para além de Maputo, as províncias de interesse da indústria extractiva, nomeadamente Inhambane, Tete, Manica e Cabo Delgado.

² A pesquisa sobre o Índice de Ambiente de Negócios (IAN) é anual e surge da iniciativa conjunta entre a KPMG Moçambique, e a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA). O IAN envolve 1000 empresas nas 10 províncias de Moçambique. Como ferramenta de apoio à tomada de decisões a nível institucional e empresarial, o IAN tem como objectivo: (i) medir o impacto dos acontecimentos socioeconómicos, políticos e institucionais no clima de negócios; (ii) avaliar o grau de confiança que os actores económicos depositam no meio em que realizam os seus negócios; (iii) promover de forma sistemática a transparência no mercado nacional, conferindo assim maior credibilidade ao mercado moçambicano junto dos investidores nacionais e estrangeiros.

A Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios (EMAN) e a Agenda do Mecanismo Consultivo Alargado (CAC) – *A harmonização requerida*

Moçambique possui uma Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios (EMAN)³ aprovada em Fevereiro de 2008 e projectada até 2012. Esta estratégia identificava a: (i) Reforma Legal, (ii) Melhoria do Ambiente Fiscal e Financeiro, (iii) A melhoria da Governação, e (iv) desenvolvimento de Infra-estruturas como o foco dos esforços do governo para a melhoria do ambiente de negócios do país.

A revisão de aspectos sobre a constituição e registo de sociedades, licenciamento de actividades; o ambiente laboral; falência de empresas; inspecção de actividades económicas; importação e exportação; o sector informal constituía os elementos fundamentais do eixo da reforma legal. Sobre o eixo de Infraestruturas, a estratégia tinha enfoque sobre Energia; enquanto que o enfoque no eixo sobre o ambiente fiscal e financeiro, o acesso ao financiamento e reforma fiscal eram os principais elementos. Quanto ao eixo da Governação a atenção estava virada para o cumprimento de contractos; protecção ao investidor; e registo de propriedade.

Volvidos 4 anos, e como mostram as prioridades definidas pelos Pelouros da CTA e apresentadas no Conselho Alargado de Consulta (CAC) de Dezembro de 2012, é tempo para rever a EMAN que segundo o Ministério da Indústria e Comércio (MIC) está actualmente em processo de harmonização.

Em Moçambique a sociedade atribuiu ao sector privado a responsabilidade de a representar no diálogo com o governo sobre os aspectos relacionados com a melhoria do Ambiente de Negócios. O sector privado elegeu a Confederação das Associações Económicas (CTA) para a representar e dela receber o relato sobre o progresso da agenda estabelecida com os pontos críticos para a melhoria do Ambiente de Negócios. Para o CTA, o estabelecimento da agenda e dos pontos fundamentais foram estabelecidos os Mecanismos Consultivos (MCs) que têm a função de (i) Identificar os problemas e testar a sua aderência; (ii) elaborar a proposta de solução, definindo assim a posição do CTA sobre a matéria; e (iii) encaminhar a posição estabelecida ao governo para a obtenção da solução. Por outro lado, os MCs organizam seminários temáticos relativos a sua área específica; preparam pareceres; elaboram intervenções e apresentações para os Pelouros e ao Conselho Directivo da CTA; e coordenam projectos de promoção de diálogo, e capacitação dos associados.

³ República de Moçambique (2008) *Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios*. Boletim da República, I Série, Número 22 de 29 de Maio.

A agenda de diálogo surge de um processo de auscultação ao nível provincial, regional e nacional sobre pontos de uma agenda conduzida pelos seus Pelouros, Antenas e CEPs com vista a identificação de prioridades consideradas como tendo potencial de produzir reformas de alto impacto nos negócios, e no cidadão, e que podem servir de catalisadores do crescimento do sector produtivo. Estes pontos constituem depois a agenda de trabalho nacional para a melhoria do Ambiente de Negócios (CTA, 2012) ⁴.

De acordo com a CTA, o documento submetido ao Conselho Alargado de Consulta (CAC) de Abril 2012, a Agenda de Prioridades definiu uma série de áreas. As tabelas que se seguem apresentam algumas dessas áreas consideradas como relevantes para o contexto da análise que se segue.

Tabela 1: Matriz de Prioridades de Reforma seleccionadas para o Ano 2012, CTA

Área Temática	Constrangimento identificado	Percepção /Recomendação
Agro-Negócios	<ul style="list-style-type: none"> O Código do IVA prevê a isenção do IVA no sector agrícola, mas sua aplicação encarece a matéria-prima para a indústria de agro-processamento 	<ul style="list-style-type: none"> Aplicação não é coerente ao esforço de promoção da adição de valor a produção agrícola primária. Emissão de guias de mercadoria em trânsito
	<ul style="list-style-type: none"> Diploma Ministerial 118/2005 de 13 de Junho prevê um incentivo da taxa incidente sobre o gasóleo, a aplicação não é abrangente a pequenos e médios operadores 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de mecanismos de acesso ao incentivo e a divulgação do Diploma Ministerial junto dos agricultores e funcionários do Estado para efectiva implementação efectiva.
	<ul style="list-style-type: none"> Elevado custo de exportação derivado da alta taxa rodoviária para exportação quando a oferta de logística de refrigeração no país limitada 	<ul style="list-style-type: none"> Iisenção da taxa rodoviária para os exportadores de frutas e vegetais.
Indústria, Comércio e Serviços	<ul style="list-style-type: none"> Dispersão de acções de promoção da industrialização nacional por pequenas iniciativas e instituições específicas 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de um Fundo de Fomento Industrial que concentre o apoio ao sector industrial através de uma Política Industrial mais eficaz, gerido com participação do sector privado
	<ul style="list-style-type: none"> Morosidade na aprovação da proposta de promoção da industrialização nacional; na Lei do Medicamento/Lei das pescas já submetidas a Assembleia da República (AR) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Saúde, como proponente deve junto da AR trazer para discussão com o sector privado as suas recomendações para clarificar as questões levantadas, antes da apreciação final.

⁴ Confederação das Associações Económicas (2012) *Documento para Conselho Alargado de Consulta (CAC) de Definição da Agenda de Prioridades 2012*, CTA, Maputo, Abril 2012.

Área Temática	Constrangimento identificado	Percepção /Recomendação
	<ul style="list-style-type: none"> Promoção da industrialização nacional Lei do Medicamento/Lai das pescas Alto custo do preço de combustível para actividade pesqueira 	<ul style="list-style-type: none"> Eliminação dos direitos aduaneiros, da Taxa sobre os Combustíveis e outras imposições fiscais ao gasóleo para as embarcações de pesca.
Política Financeira	<ul style="list-style-type: none"> Reduzida transparência nas operações de crédito das instituições financeiras o que eleva o custo do crédito por falta de concorrência na captação de poupanças e sua aplicação. 	<ul style="list-style-type: none"> Ajustamento do quadro legal sobre a matéria para a operacionalização de uma Central de Risco Privada
Política Fiscal, Aduaneira, e de Comércio Internacional	<ul style="list-style-type: none"> Altos custos na inspecção não intrusiva de mercadorias nos portos e fronteiras do país o que reduz a competitividade da produção nacional 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão da legislação sobre a inspecção não intrusiva e as respectivas tarifas.
	<ul style="list-style-type: none"> Instituição da Inspeção pré-embarque 	<ul style="list-style-type: none"> Redução ou eliminação da “Lista Positiva” e criação de normas técnicas para cada sector.
	<ul style="list-style-type: none"> Instituição da Inspeção pré-embarque Reduzida eficiência e eficácia na administração dos impostos elevando custos sobretudo para as PMEs. 	<ul style="list-style-type: none"> Condução de estudos que fundamentem a racionalidade dos impostos com vista a reduzir evasão fiscal e aumentar a competitividade
Política Laboral e Acção Social	<ul style="list-style-type: none"> Incompleta produção da regulamentação da Lei do Trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> Celeridade na produção de 7 dos 12 regulamentos acordados para as diferentes actividades laborais
Outros Assuntos	<ul style="list-style-type: none"> Falta de uma Lei Anti-corrupção 	<ul style="list-style-type: none"> Celeridade na aprovação pela Assembleia da República uma vez que o Conselho de Ministro já aprovou o pacote legislativo.

Fonte: CTA, 2012

Como é óbvio, a extensão com que a nova estratégia para a melhoria do ambiente de negócios (EMAN II) vai responder as ansiedades/expectativas do sector empresarial depende largamente da maturidade e qualidade do diálogo até agora alcançado. O CASP é esse momento de concertar a visão das medidas a tomar para melhorar o ambiente de negócios no país e daí criar as condições para uma maior eficiência e competitividade do sector produtivo.

Perspectiva Global sobre o Ambiente de Negócios em Moçambique: tendência e factores críticos

Em 2012, a evidência mostrou que houve uma queda de cerca de 0.12pp no índice de ambiente de negócios em Moçambique relativamente ao ano anterior. Contudo, esta queda não foi suficiente para reverter a tendência relativamente crescente, pese não acentuada, verificada no comportamento do índice na última década. Esta relativa estabilidade do índice coloca interrogações sobre os reais progressos nas reformas e sua efectiva implementação. A Figura 1 mostra a evolução do IAN a nível nacional.

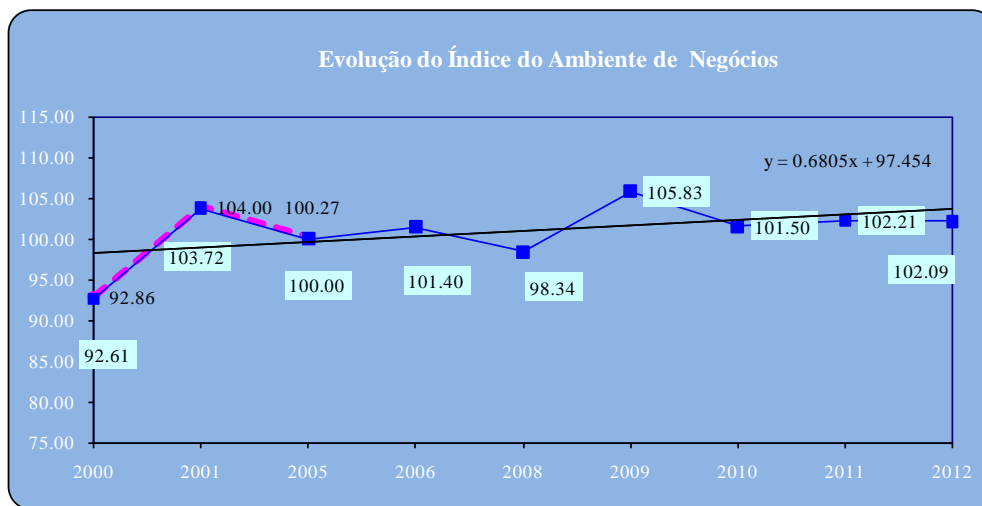


Figura 1: Tendência do IAN em Moçambique, 2001-2012

Evidencia anterior ao período em análise mostra que as percepções dos actores económicos sobre a melhoria do ambiente de negócios decresceram tendo alcançado o seu ponto mínimo no ano 2000. Note-se que em 2000 o país foi assolado pelas cheias. No entanto, todos os esforços empreendidos a seguir parecem ter resultado numa esperança de um ambiente de negócios melhor. Contudo, a evidência colhida após 2001 mostra que o progresso na agenda sobre a melhoria do ambiente de negócios não afectou significativamente as expectativas de expansão de negócios e o crescimento da actividade económica dada a relativa estabilidade da tendência observada no IAN.

Os actores económicos atribuem razões específicas para o comportamento desta tendência. Em 2012, por exemplo, apesar da queda do índice os agentes económicos entrevistados indicaram que houve progressos na área de infra-estruturas, que têm contribuído de forma positiva para um melhor ambiente de negócios. De facto, e tal como a Figura 2 seguinte mostra, nos últimos 5 anos, os factores que tem sido vistos

como contribuindo mais para a expansão e crescimento da actividade económica tem sido para além dos factores de ordem legal, os ligados a infra-estruturas e serviços.

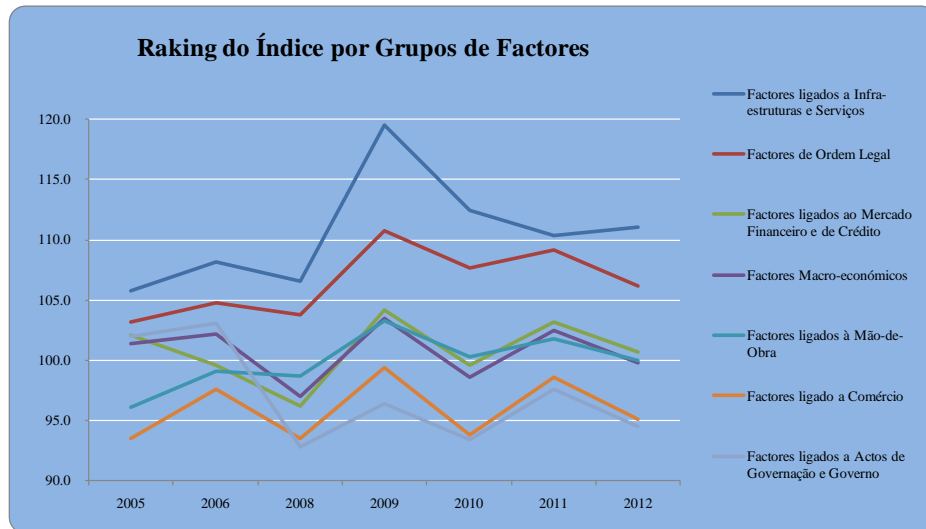


Figura 2: Tendência dos Factores Agregados com impacto no ANs, 2005-12

A Figura 3 mostra os factores específicos que contribuem positivamente para os esforços de melhoria do ambiente de negócios. Entre os factores infra-estruturais que contribuem positivamente para a melhoria do ambiente de negócios aqueles que mais impacto tem tido são os serviços de comunicação e fornecimento de energia e água. No entanto, a sua importância relativa tem decrescido no período 2009-2012. É de notar, a tendência crescente dos factores procura de mercado e eficiência da administração fiscal.

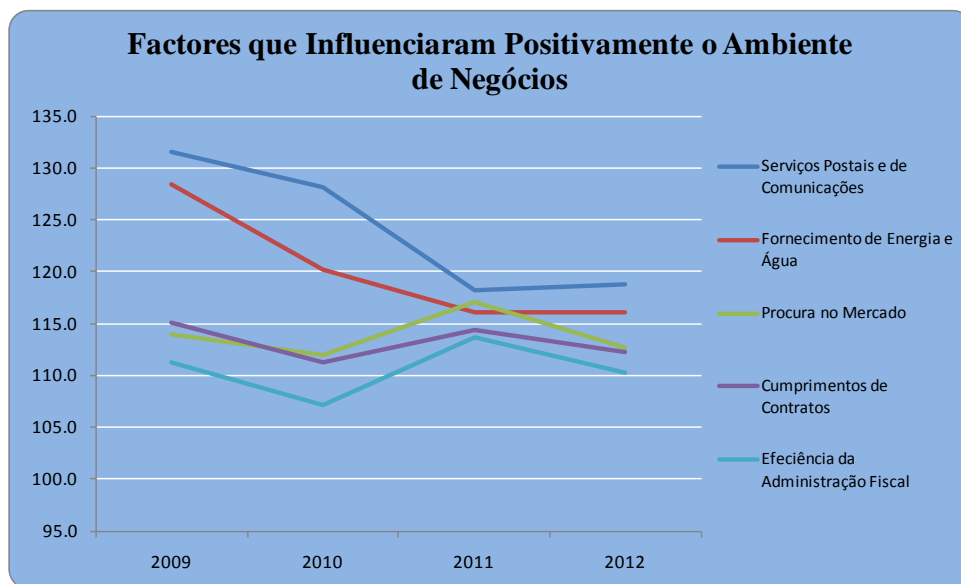


Figura 3: Tendência dos Factores Específicos com impacto positivo no ANs, 2009-12

Por outro lado, os agentes económicos referem-se a factores como à corrupção e o nível de criminalidade como negativos para a actividade económica no país.

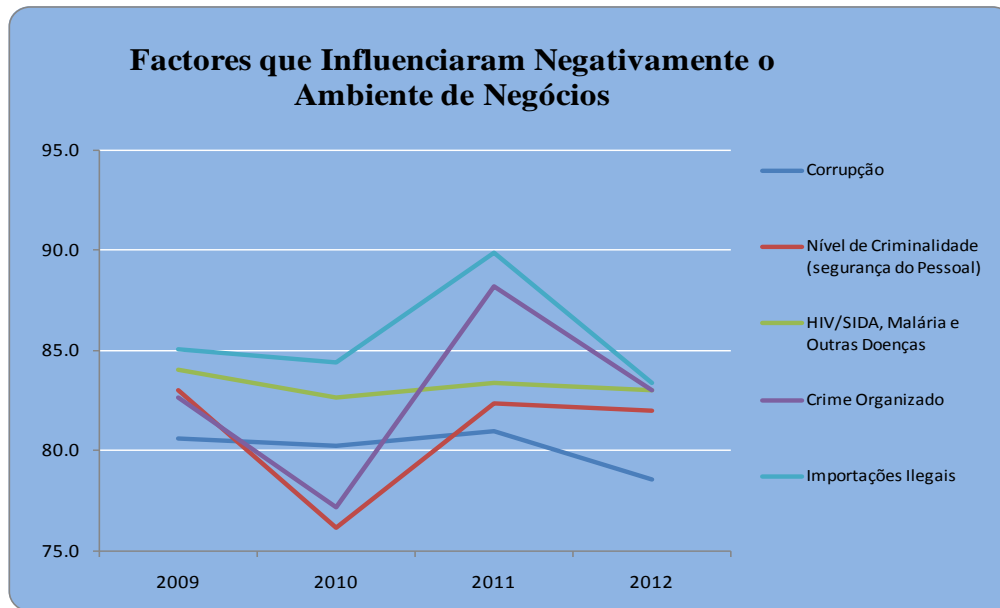


Figura 4: Tendência dos Factores Específicos com impacto negativo no ANs, 2009-12

A Figura 4 mostra, de facto, que para além da corrupção que mais tem contribuído negativamente para o ambiente de negócios nos últimos 2 anos e com tendência crescente são as importações ilegais, o crime organizado e o nível de criminalidade. Um facto a notar é a relativa estabilidade nos níveis de impacto do HIV/SIDA, malária e outras doenças e da corrupção na actividade empresarial, mercê de esforços empreendidos nestas áreas.

A Perspectiva Local sobre o Ambiente de Negócios em Moçambique: Maputo, Inhambane, Tete e Cabo Delgado

A seguir descrevemos as perspectivas dos actores económicos nos últimos 4 anos, ou seja como evoluíram as percepções sobre o ambiente de negócios em Moçambique.

Perspectivas de Melhoria do Ambiente de Negócios

De acordo com os dados, nos últimos 4 anos ao nível nacional, em média, cerca de 74% dos entrevistados indicaram que tinham perspectivas de que o ambiente de negócios iria melhorar. Contudo, e tal como a Figura 5 mostra, esse optimismo foi, mais uma vez em média mais acentuado nas províncias de Tete (85%) e Maputo (82%), seguidos de Cabo Delgado (79%), do que foi Manica (70%) e Inhambane (60%). Note-se que essa percepção teve uma tendência crescente a nível nacional influenciada pelas províncias de Manica e Cabo Delgado, pois foi claramente decrescente em Tete e Inhambane, e relativamente estável em Maputo.

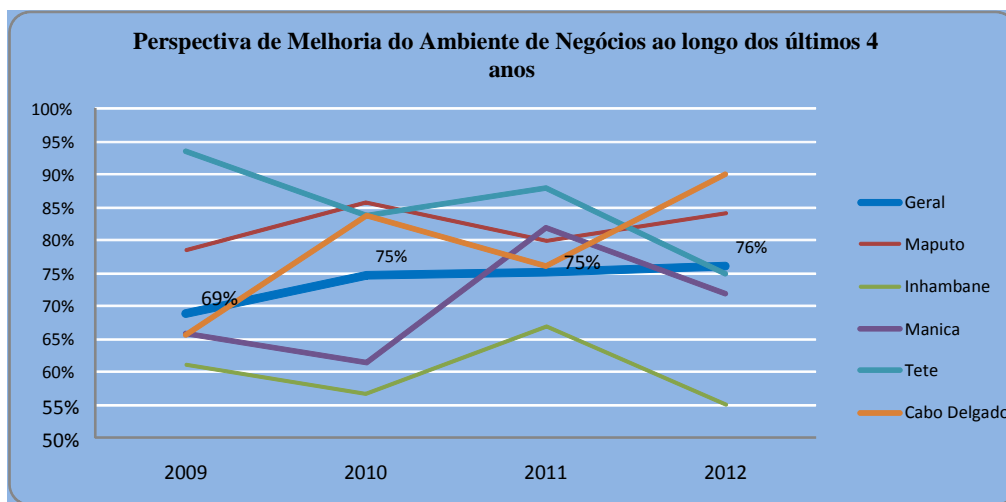


Figura 5: Algumas Tendências na percepção sobre a melhoria do ANs, 2009-2012

Os factores por detrás destas tendências variam de ano para ano, mas no seu conjunto eles permanecem os mesmos. Por exemplo, em 2012 as principais razões para o optimismo resultavam das expectativas sobre o aumento da procura dos produtos e serviços gerado pelo aumento do nível de investimentos, melhoria da qualidade dos produtos e serviços, e incremento da oferta. No entanto, em Inhambane onde foi registado o menor optimismo este deriva de factores como fraca procura de produtos e serviços, falta de investimento, aumento da competitividade e instabilidade económica (resultante das alterações das taxas de juro e de câmbio).

Perspectivas de Expansão de Negócios

Relativamente a expansão de negócios, a Figura 6 apresenta a tendência das percepções dos actores entrevistados. Em média, nos 4 anos analisados, 62% dos actores tinham como perspectivas expandir os seus negócios. No entanto, somente os actores de Maputo (75%), Tete (69%), e Cabo Delgado (64%) conseguiram situar-se acima da média. As províncias de Manica (59%) e Inhambane (60%) estiveram menos optimistas. Contudo, a tendência relativamente decrescente do optimismo de expansão da actividade empresarial foi largamente influenciado pela tendência claramente decrescente em Cabo Delgado e relativo decréscimo em Manica, e Inhambane.

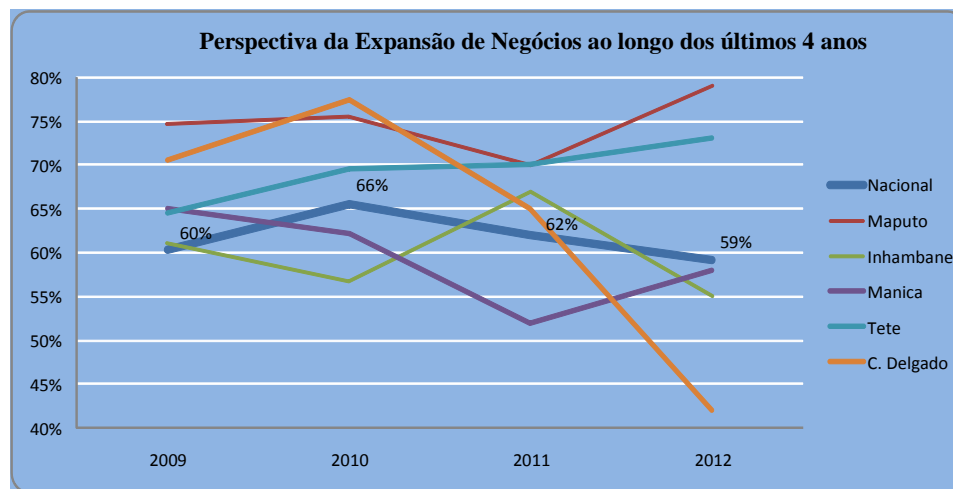


Figura 6: Tendências na percepção sobre a Expansão de Negócios, 2009-2012

A semelhança dos factores por detrás das perspectivas de melhoria do ambiente de negócios, o conjunto de factores que afectam a perspectiva de expansão de negócios no seu conjunto não varia de ano para ano. Por exemplo, em 2012, para as províncias de Mauto e Tete o optimismo devia-se a factores tais como maior provisão de infra-estruturas sociais e económicas, particularmente a abertura e reestruturação de mais vias de acesso (ex., estradas, caminhos de ferro, pontes), abastecimento de energia e água, e expansão das redes de comunicação.

Do ponto de vista de políticas e implementação de estratégias para a melhoria do ambiente de negócios a variação nas perspectivas tanto de melhoria do ambiente de negócios como de expansão da actividade empresarial impõem um desafio. O aspecto mais crítico pode não ser, se existe ou não uma determinada legislação, que pode até ser proposta pelo Ministério da Industria e Comércio ou qualquer outra instituição, mas estas diferenças podem ter a ver com a capacidade local de implementação, interpretação, e cumprimento questões fora do mandato do MIC, mas de outras instituições tais como os Ministérios da Função Pública, Finanças, Obras Publicas, Agricultura somente para citar alguns – daí a necessidade de uma

maior coordenação, não somente entre o sector privado e o MIC, do sector privado e o governo no seu todo.

Considerações Finais

Dados os constrangimentos que têm sido apresentados pelos empresários através da CTA, e o que se tem lido sobre o *Doing Business* resta sempre na mente dos analistas a sensação de que o Ambiente não está a melhorar no país. É importante referir que do ponto de vista de experiência de reforma em Moçambique com impacto na melhoria do Ambiente Negócios não basta olhar para as oscilações que ocorrem de ano para ano no IAN; ou mesmo na posição que o país ocupa relativamente a outros países, sempre que sai nova edição do *Doing Business*.

Enquanto as oscilações anuais e a posição do país muda, é importante notar que a reforma é um processo de longo prazo. O desenho de instrumentos legais, a criação de novas instituições é um processo relativamente curto que deve ser acelerado sim, mas a implementação destes instrumentos legais e a efectividade e eficácia das novas instituições somente terá impacto ao longo prazo.

Por isso, o progresso na reforma para a melhoria do ambiente deve ser visto na tendência do progresso feito num período consideravelmente longo. A evidência da última década mostra que o progresso tem sido lento, e neste momento o impacto não é perceptível à altura das expectativas para o crescimento da actividade empresarial.

Bibliografia

Confederação das Associações Económicas (2012) *Documento para Conselho Alargado de Consulta (CAC) de Definição da Agenda de Prioridades 2012*, CTA, Maputo, Abril 2012.

KPMG (2012) *Índice de Ambiente de Negócios*. Base de dados da KPMG vários anos. Maputo, Moçambique.

Matriz de Acções de Governação. Ministério da Planificação e Desenvolvimento. Gabinete do Ministro. Março 2010.

Ministério da Função Pública. Unidade Técnica da Reforma do Sector Público – UTRESP, 2009.

República de Moçambique (2008) *Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios*. Boletim da República, I Série, Número 22 de 29 de Maio.